

**GOVERNANÇA PÚBLICA E GESTÃO FISCAL NOS  
MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE  
PALMAS – RMP: UMA ANÁLISE DE CORRELAÇÃO  
ENTRE O IGM E O IFGF**

*GOVERNANÇA PÚBLICA E GESTÃO FISCAL NOS MUNICÍPIOS  
DA REGIÃO METROPOLITANA DE PALMAS – RMP: UMA  
ANÁLISE DE CORRELAÇÃO ENTRE O IGM E O IFGF*

*GOBERNANZA PÚBLICA Y GESTIÓN FISCAL EN LOS  
MUNICIPIOS DE LA REGIÓN METROPOLITANA DE PALMAS -  
RMP: UN ANÁLISIS DE CORRELACIÓN ENTRE EL IGM Y EL IFGF*

---

**HAYALA DANIELLE DA SILVA MESQUITA:**

Mestre em Desenvolvimento Regional pelo Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional. Universidade Federal do Tocantins (UFT). E-mail: [hayalamesquita@uft.edu.br](mailto:hayalamesquita@uft.edu.br) | Orcid.org/0000-0002-5071-4939

**MIRLENE ALVES DA SILVA:**

Mestre em Desenvolvimento Regional pelo Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional. Universidade Federal do Tocantins (UFT). E-mail: [mirlene@uft.edu.br](mailto:mirlene@uft.edu.br) | Orcid.org/0009-0004-6136-7321

**ANA LÚCIA DE MEDEIROS:**

Professora do Departamento de Ciências Econômicas. Universidade Federal do Tocantins (UFT). E-mail: [analucia@mail.uft.edu.br](mailto:analucia@mail.uft.edu.br) | Orcid.org/0000-0001-5833-3586

**WALDECY RODRIGUES:**

Docente do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional. Universidade Federal do Tocantins (UFT). E-mail: [waldecy@uft.edu.br](mailto:waldecy@uft.edu.br) | Orcid.org/0000-0002-5584-6586

**ROGÉRIO NOGUEIRA DE SOUSA:**

Doutor em Modelagem Computacional de Sistemas. Universidade Federal do Tocantins (UFT). E-mail: [roger@mail.uft.edu.br](mailto:roger@mail.uft.edu.br) | Orcid.org/0000-0002-8246-3222

Artigo recebido: 22/06/2024

Aceito em: 30/11/2024

Publicado em: 20/12/2024

Como citar este artigo:

MESQUITA, H. D. S.; SILVA, M. A.; MEDEIROS, A. L.; RODRIGUES, W.; SOUSA, R. N. Governança Pública e Gestão Fiscal nos Municípios da Região Metropolitana de Palmas – RMP: Uma Análise de Correlação entre o IGM e o IFGF *Desafios. Revista Interdisciplinar da Universidade Federal do Tocantins*. Palmas, v. 11, n. 8, 2024. DOI: [http://dx.doi.org/10.20873/DGGP\\_2024\\_11\\_10](http://dx.doi.org/10.20873/DGGP_2024_11_10)

---

**RESUMO:**

Partindo dos conceitos de governança pública e gestão fiscal, este trabalho apresenta uma análise da relação entre o Índice de Gestão Fiscal (IFGF-FIRJAN) e o Índice de Governança Municipal (IGM-CFA) na Região Metropolitana de Palmas. O estudo analisa a relação entre esses índices e suas respectivas variáveis durante o período de 2017 a 2020, a fim de verificar a existência de uma correlação entre eles e qual a sua natureza. Para alcançar os objetivos da pesquisa, a metodologia adotada empregou uma abordagem quantitativa de natureza descritiva em que foi utilizada a regressão multivariada de dados em painel. Os resultados obtidos revelam uma correlação forte e negativa entre as variáveis analisadas, onde uma parcela significativa dos municípios da RMP enfrenta desafios em relação à gestão fiscal e governança municipal, enquanto alguns municípios que se destacam positivamente, mostrando uma boa gestão e governança.

**PALAVRAS-CHAVE:** Governança Municipal, Gestão Fiscal, Desenvolvimento Regional.

---

### **ABSTRACT:**

*Starting from the concepts of public governance and fiscal management, this paper presents an analysis of the relationship between the Fiscal Management Index (IFGF-FIRJAN) and the Municipal Governance Index (IGM-CFA) in the Palmas Metropolitan Region. The study examines the relationship between these indices and their respective variables during the period from 2017 to 2020, in order to ascertain the existence of a correlation between them and its nature. To achieve the research objectives, the adopted methodology employed a quantitative approach of a descriptive nature, using panel data multivariate regression. The obtained results reveal a strong negative correlation between the analyzed variables, where a significant portion of the municipalities in the Palmas Metropolitan Region face challenges in terms of fiscal management and municipal governance, while some municipalities stand out positively, demonstrating good management and governance.*

**KEYWORDS:** *Municipal Governance, Fiscal Management, Regional Development*

---

### **RESUMEN:**

*Partiendo de los conceptos de gobernanza pública y gestión fiscal, este trabajo presenta un análisis de la relación entre el Índice de Gestión Fiscal (IFGF-FIRJAN) y el Índice de Gobernanza Municipal (IGM-CFA) en la Región Metropolitana de Palmas. El estudio examina la relación entre estos índices y sus respectivas variables durante el período de 2017 a 2020, con el fin de verificar la existencia de una correlación entre ellos y cuál es su naturaleza. Para alcanzar los objetivos de la investigación, la metodología adoptada empleó un enfoque cuantitativo de naturaleza descriptiva, utilizando la regresión multivariada de datos en panel. Los resultados obtenidos revelan una correlación fuerte y negativa entre las variables analizadas, donde una parte significativa de los municipios de la Región Metropolitana de Palmas enfrenta desafíos en cuanto a la gestión fiscal y la gobernanza municipal, mientras que algunos municipios se destacan positivamente, mostrando una buena gestión y gobernanza.*

**PALABRAS CLAVE:** *Gobernanza Municipal, Gestión Fiscal, Desarrollo Regional.*

---

## INTRODUÇÃO

Os desafios enfrentados na implantação das boas práticas de governança vão além das desigualdades regionais e das dificuldades para a concretização das políticas públicas, que segundo o TCU (2014), são responsáveis pelo desenvolvimento econômico e social em um cenário que tem o Estado emergindo como ator decisivo nas ações que orientam o crescimento econômico e a consolidação da boa governança pública.

Para o TCU (2020), a Governança Pública compreende essencialmente os mecanismos de liderança, estratégia e controle, que alinhados ao conceito de desenvolvimento regional, além de orientar a administração pública no gerenciamento eficiente e eficaz dos recursos públicos, apresenta aos gestores uma possibilidade de impulsionar o crescimento econômico e social.

A gestão fiscal por sua vez, abarca o universo das finanças públicas através da exigência de efetividade e eficiência na administração dos recursos públicos, buscando atender o disposto na Lei 4.320/1964, que conduz a elaboração e o controle orçamentários de maneira mais eficaz após a edição da LRF - Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar 101/2000.

Nesse sentido, a gestão fiscal é um direcionamento para a harmonização entre o procedimento do ente federativo e o cumprimento das exigências legais, além de ser um dos meios para que se alcance a boa Governança Pública. A consequência dessa harmonia é uma gestão fiscal adequada, que no contexto do desenvolvimento regional pode estimular o investimento, atrair recursos externos, fortalecer a capacidade estatal, equilibrar as contas públicas e reduzir as desigualdades regionais.

Melo, Bonfim e Sousa (2015), acreditam que a desigualdade econômica existente no Brasil é justamente o que levanta questionamentos quanto ao equilíbrio fiscal e a capacidade do gestor de atender às demandas da população local, visto que a estabilidade fiscal é premissa de adequação da administração às reivindicações sociais.

Seguindo esse raciocínio, Sant'Anna, Neto e Marchi (2020) apontam a governança pública como uma das dimensões necessárias para o fomento do desenvolvimento local, que adotado como perspectiva, resulta no aumento da capacidade produtiva e econômica da região. Os autores defendem ainda que a governança pública e a ativação social contribuem para tanto, pois são as expressões da dinâmica territorial e caminho de atuação para o Estado que deve seguir a lógica gerencialista de eficiência, eficácia, controle social e responsabilização exigida pela Gestão Fiscal e fruto da Governança.

Direcionando a discussão para a esfera municipal, Silva, Alcântara e Pereira (2016) consideram que, para os municípios, a governança pública oferta

potencial para ações conjuntas entre diversos atores de forma eficaz, transparente e compartilhada, objetivando solucionar problemas públicos. Essas ações em conjunto contribuem para impulsionar o crescimento econômico, melhorar a qualidade de vida da população e promover um desenvolvimento mais equilibrado e sustentável entre as regiões.

Nesse contexto, observa-se que após todo o processo de reorganização da Administração Pública e seu consequente alinhamento às políticas desenvolvimentistas, a governança pública emerge como auxílio na solução de “problemas públicos” e define critérios que possibilitem aos órgãos, o atendimento das demandas sociais de forma eficiente. (Teixeira e Gomes, 2019).

Deste modo, alinhando os conceitos de governança pública, gestão fiscal e desenvolvimento regional, apresenta-se uma relação entre os elementos de gestão dos recursos públicos, níveis de endividamento e investimentos em programas ou projetos que visem à melhoria da qualidade de vida da população em geral.

Nessa perspectiva, partindo da hipótese de que quanto melhor os indicadores de gestão fiscal, melhor os indicadores de governança, o problema central da pesquisa busca verificar a existência de uma correlação entre o Índice de Gestão Fiscal – IFGF e o Índice de Governança Municipal – IGM na Região Metropolitana de Palmas - RMP durante o período de 2017 a 2020, e qual a sua natureza.

## **MATERIAIS E MÉTODOS**

### **REVISÃO DE LITERATURA**

#### **A Região Metropolitana de Palmas**

O Estado do Tocantins, visando o desenvolvimento integrado e sustentável dessa área que é composta por 16 municípios, editou a Lei Complementar nº 90, de 30 de dezembro de 2013, com o propósito de unificar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas na região metropolitana de Palmas.

De acordo com Soares e Barreira (2018) a lei estadual busca a cooperação entre os três níveis de governo, com máximo aproveitamento dos recursos públicos. As autoras apontam ainda que o instrumento prevê a utilização equilibrada do território, do pessoal, dos recursos naturais e culturais, além da proteção do meio ambiente associada à integração do planejamento e do cumprimento das funções públicas de interesse comum, para que efetivamente ocorra a redução das desigualdades sociais e regionais.

No que se refere aos critérios de escolha utilizados para definir a composição da RMP, a pesquisa realizada por Soares e Barreira (2018), afirma que os municípios foram selecionados levando em consideração a identificação de necessidades comuns e a possibilidade de se estabelecer parcerias na busca por

recursos públicos para melhorar a qualidade de vida dos moradores de Aparecida do Rio Negro, Barrolândia, Brejinho de Nazaré, Fátima, Ipueiras, Lajeado, Miracema do Tocantins, Miranorte, Monte do Carmo, Oliveira de Fátima, Paraíso do Tocantins, Porto Nacional, Pugmil, Silvanópolis e Tocantínia.

### **Conceito de Governança**

O conceito de governança surgiu na década de 1990 e sua aplicação ao longo dos anos, transformou-a em um sistema de direção e monitoramento utilizado pelas organizações na busca pela eficiência. Assim, levando em consideração a historicidade do conceito de governança e sua consequente influência nas políticas de desenvolvimento, observa-se também mudanças na organização do Estado como instituição.

Nesse cenário de disposição estatal às inovações para o gerenciamento governamental, a Governança Pública emergiu como uma ferramenta que possibilitou uma gestão mais eficiente e alinhada com as necessidades da sociedade. Para o TCU (2014), a Governança Pública compreende essencialmente os mecanismos de liderança, estratégia e controle, que alinhados ao conceito de desenvolvimento regional, além de orientar a administração pública no gerenciamento eficiente e eficaz dos recursos públicos, apresenta aos gestores uma possibilidade de impulsionar o crescimento econômico e social.

### **IGM e IFGF na Governança Municipal**

Oliveira (2019), aponta que o poder público de municípios de base retardatária – como a maioria dos que compõem a RMP – necessitam de bases institucionais, que aqui podem ser lidas como intervenção do Estado, e de governança, para que alcancem autonomia. No Tocantins, essa dinâmica passa pelos aspectos históricos do desenvolvimento do estado, que para o autor, ainda dava seus primeiros passos em sua consolidação socioeconômica e de infraestrutura básica enquanto a Administração Pública no Brasil já vivia grandes transformações na década de 1990.

Assim, considerando que desafios enfrentados pelos municípios na implementação de boas práticas de governança vão além das disparidades regionais e das dificuldades na execução de políticas públicas, o papel do Estado se torna crucial nas ações que impulsionam o crescimento econômico e a consolidação de uma governança pública eficiente.

Seguindo esse raciocínio, Sant’Anna, Neto e Marchi (2020) apontam a governança pública como uma das dimensões necessárias para o fomento do desenvolvimento local, que adotado como perspectiva, resulta no aumento da capacidade produtiva e econômica da região. Os autores defendem ainda que a governança pública e a ativação social contribuem para tanto, pois são as expressões da dinâmica territorial e caminho de atuação para o Estado que deve

seguir a lógica gerencialista de eficiência, eficácia, controle social e responsabilização.

No entanto, para Oliveira (2019), no caso do Tocantins, a dinâmica territorial vivenciada na década de 90 trouxe à tona a realidade de que o processo de estruturação do desenvolvimento regional no estado gerou desigualdades econômicas e sociais que persistem até hoje entre os municípios pertencentes a ele. Nesse contexto, para que essas desigualdades sejam reduzidas e a aplicação de recursos seja transparente e eficaz, a Administração deve empreender esforços que vão além de uma boa gestão, pois além de democrática, ela deve ser eficiente.

E este conceito de eficiência, de acordo com Filho e Valadares (2017), surgiu com a edição da EC 19/1998, e o acréscimo do Art. 37 na CF/88, que é considerado pelos autores como a porta de entrada para a aplicação da Governança no Brasil. A partir de então, foram criados diversos mecanismos voltados para o fortalecimento da governança pública, como a instituição de sistemas de controle interno e externo, códigos de ética profissional e leis específicas que orientam para a excelência na gestão pública, além de índices como o Índice Integrado de Governança e Gestão Públicas do Tribunal de Contas da União – iGG/TCU, e o Índice de Governança Municipal do Conselho Federal de Administração, - IGM/CFA.

Para este trabalho, optou-se pela adoção do IGM/CFA, um índice composto por dimensões, indicadores e variáveis, com o objetivo fornecer uma compreensão abrangente da dinâmica da gestão municipal. Seu propósito é orientar os gestores em direção às boas práticas de governança, utilizando dados secundários de bases de dados oficiais como IBGE, STN e DATASUS, para analisar áreas como saúde, educação, gestão fiscal, habitação, recursos humanos, saneamento e meio ambiente, transparência e segurança pública, a partir de uma pontuação que varia de 0 a 10, onde quanto mais próximo de 10, melhor a governança do município.

Quadro 1 – Composição do IGM-CFA

<b>Composição IGM/CFA</b>	
<b>Dimensão</b>	<b>Indicador</b>
<b>Finanças</b>	Investimento per capita
	Fiscal
	Equilíbrio Previdenciário
	Custo do Legislativo
<b>Gestão</b>	Colaboradores
	Planejamento
	Transparência

<b>Desempenho</b>	Educação
	Saneamento e meio ambiente
	Saúde
	Segurança
	Vulnerabilidade social

Fonte: CFA, 2022. Elaboração Própria.

No quadro 1, observa-se a composição de cada dimensão. Segundo o CFA (2022) o índice é estruturado a partir de uma hierarquia bottom-up, na qual os dados brutos são variáveis que contribuem para a formação dos indicadores, que tem seus resultados refletidos na nota das dimensões, que por sua vez, refletem a nota geral do IGM/CFA.

O outro índice selecionado para o estudo, foi o IFGF, construído com base em informações contábeis, financeiras e de estatísticas fiscais disponíveis no Siconfi e declaradas pelas próprias prefeituras. Com o intuito de contribuir para o debate sobre a eficiência da gestão fiscal a partir da análise da Autonomia, Gastos com Pessoal, Liquidez e Investimentos (quadro 2).

O referido índice se concentra na administração dos recursos públicos pelas prefeituras, que podem assumir situações de Gestão Fiscal classificadas pela Firjan como “Crítica” (resultados inferiores a 0,4 ponto); “Em dificuldade” (resultados entre 0,4 e 0,6 pontos); “Boa Gestão” (pontuação entre 0,6 e 0,8); e “Gestão de Excelência” (resultados acima de 0,8).

Quadro 2 – Composição IFGF

<b>Composição IFGF</b>	
<b>Indicador</b>	<b>Item Avaliado</b>
Autonomia	Capacidade de financiar a estrutura administrativa
Gasto com Pessoal	Grau de rigidez do orçamento
Liquidez	Cumprimento das obrigações financeiras
Investimentos	Capacidade de gerar bem-estar e competitividade

Fonte: Firjan, 2022. Elaboração Própria.

Em resumo, alinhando os conceitos de governança pública e gestão fiscal, a partir dos resultados mensurados pelo do IGM e pelo IFGF, é possível identificar as necessidades comuns da região a fim de que sejam propostas parcerias e ações que reflitam melhoras na qualidade de vida da população que compõe a RMP.

Para Oliveira (2019), o atendimento dessas demandas sociais pode ser realizado com mais eficiência caso o governo local, as instituições e o setor produtivo,



estejam alinhados e trabalhem em conjunto. Conseqüentemente, essas ações podem otimizar a gestão pública, promover o planejamento integrado e aprimorar a prestação de serviços públicos na área metropolitana, garantindo um desenvolvimento mais harmonioso e sustentável para a região.

Isto posto, a orientação deste trabalho se dá na intenção de analisar a correlação entre os Índices de Governança e de Gestão Fiscal dos municípios da RMP, com o intuito de demonstrar a relação entre eles, partindo do pressuposto de que quanto melhor os indicadores de gestão fiscal, melhor os indicadores de governança, uma vez que uma melhor gestão dos recursos possa direcionar ao atendimento mais eficiente das demandas da sociedade.

## **METODOLOGIA**

Esta pesquisa busca analisar a relação entre os índices de Governança Municipal e de Gestão Fiscal na Região Metropolitana de Palmas, a partir de perspectivas quantitativas, através da técnica estatística de regressão multivariada de dados em painel. De acordo com Lakatos e Marconi (2010), a pesquisa quantitativa traduz em números as opiniões e/ou informações para então obter a análise dos dados e, posteriormente, chegar a uma conclusão.

Neste sentido, foram coletados dados dos índices IFGF e IGM/CFA para os 16 municípios que compõem a RMP, no período de 2017 a 2020. As informações foram obtidas nos sites oficiais da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan) e do Conselho Federal de Administração (CFA), responsáveis pela divulgação dos respectivos índices de Gestão Fiscal e Governança Municipal.

Inicialmente, realizou-se uma análise exploratória de dados, que envolve técnicas estatísticas destinadas a resumir e descrever as características importantes do conjunto de dados sem formular hipóteses iniciais. Nesta etapa foram verificadas as medidas de dispersão e de tendência central para cada um dos itens observados para o grupo de municípios durante a série histórica analisada.

A análise exploratória é crucial para entender a distribuição dos dados, identificar possíveis outliers e detectar padrões ou anomalias que possam influenciar os resultados. Deste modo, após a coleta de dados dos índices de Gestão Fiscal (IFGF) e de Governança Municipal (IGM/CFA) para os municípios da Região Metropolitana de Palmas, foi realizada análise exploratória dos dados buscando compreender a distribuição e características das variáveis em estudo.

Nesta etapa foram verificadas as medidas de dispersão e de tendência central para cada um dos itens observados para o grupo de municípios durante a série histórica analisada. Em seguida, foi calculado o coeficiente de correlação de Pearson entre o IFGF (variável independente) e o IGM/CFA (variável

dependente) e suas dimensões. Assim, foi possível verificar a natureza da correlação entre os índices, como proposto no objetivo da pesquisa.

Por fim, para verificar a significância estatística da correlação observada, aplicou-se o teste t de Student. Este teste avalia se a correlação encontrada difere significativamente de zero, ou seja, se é improvável que tenha ocorrido por acaso em uma amostra aleatória. A significância estatística é indicada pelo p-valor; um p-valor menor que um nível de significância pré-definido (geralmente 0,05) permite rejeitar a hipótese nula de que não há correlação, reforçando a confiabilidade dos resultados obtidos.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Composta por 16 municípios, de acordo com o IBGE (2022) a região metropolitana de Palmas, possui uma população 501.080 mil habitantes, o que corresponde a praticamente um terço da população do estado que conta com aproximadamente 1.607.363 mil habitantes.

Tabela 1 – População da Região Metropolitana de Palmas

Município	População 2017	População 2020
Palmas	279.856	299.127
Porto Nacional	52.510	53.010
Paraíso do Tocantins	49.727	51.252
Miracema do Tocantins	19.340	18.248
Miranorte	13.363	13.434
Monte do Carmo	7.654	7.947
Tocantínia	7.387	7.545
Barrolândia	5.622	5.632
Brejinho de Nazaré	5.475	5.497
Silvanópolis	5.372	5.403
Aparecida do Rio Negro	4.672	4.795
Fátima	3.882	3.835
Lajeado	3.059	3.134
Pugmil	2.621	2.688
Ipueiras	1.918	2.015
Oliveira de Fátima	1.104	1.112
<b>Total Geral</b>	<b>463.562</b>	<b>484.674</b>

Fonte: IBGE, 2021. Elaboração Própria.

A tabela 01 apresenta os dados populacionais dos municípios da RMP e comparando os dados de 2017 e 2020, demonstra um crescimento populacional de aproximadamente 4,55% em relação ao total geral da população da RMP. Esses resultados refletem uma taxa média de crescimento anual de 1,65% e sugere que a população na Região Metropolitana de Palmas experimentou um aumento gradual ao longo dos quatro anos analisados. No entanto, os resultados da pesquisa verificam que a taxa média de crescimento anual foi de -1,23% para

o município de Fátima e de -5,988% em Miracema do Tocantins. Nesse contexto, a partir daqui, serão analisados os dados do IGF e o do IGM.

Gráfico 1 - Evolução IFGF na RMP

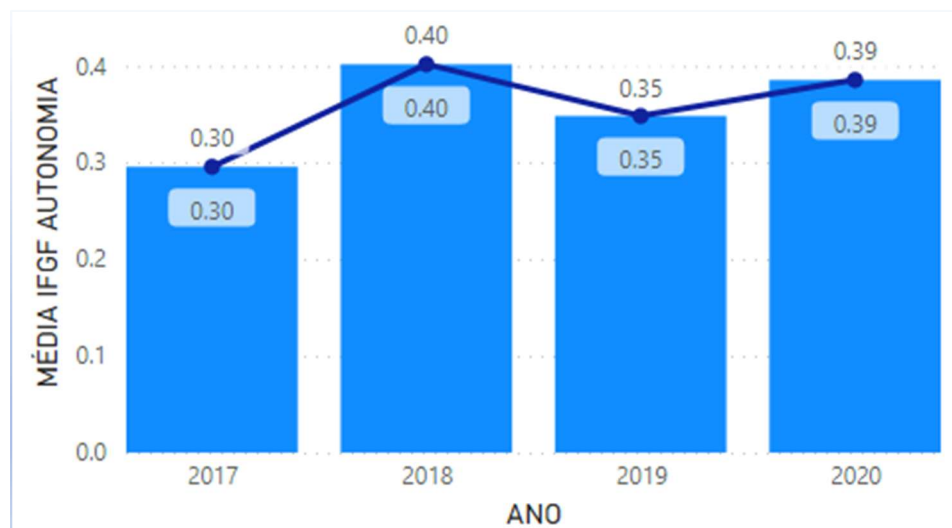


Fonte: Firjan 2022, elaboração própria.

Os dados do gráfico 01 demonstram uma tendência de crescimento do IFGF ao longo dos anos. O valor médio do índice aumentou de 0,396 em 2017 para 0,514 em 2020, o que sugere uma melhoria gradual na gestão fiscal dos municípios da RMP ao longo desse período. Nesse cenário, os municípios de Ipueiras, Oliveira de Fátima e Pugmil não apresentaram dados em pelo menos um dos exercícios.

De acordo com a metodologia do IFGF, Fátima, Ipueiras e Oliveira de Fátima são municípios considerados em situação crítica quanto à gestão fiscal e apresentam as piores notas do IFGF em 2020, enquanto Monte do Carmo e Silvanópolis apresentaram as melhores notas com 0,8152 e 0,8056 respectivamente, demonstrando gestão de excelência neste componente.

Gráfico 2 - Média anual IFGF Autonomia



Fonte: Firjan 2022, elaboração própria.

Para a variável Autonomia (gráfico 02), a melhor nota alcançada pelo grupo de municípios da RMP, é a nota de 2018, onde a média é 0,40. Esse resultado revela que em geral, a região metropolitana de Palmas enfrenta dificuldades na gestão fiscal. A oscilação dessas notas demonstra a instabilidade na manutenção de indicadores positivos para este componente que demonstra a capacidade do município de financiar a sua estrutura administrativa.

Nesse item de observação, os municípios de Aparecida do Rio Negro, Barrolândia, Fátima, Ipueiras e Oliveira de Fátima também não pontuaram em nenhum dos exercícios ou deixaram de fornecer os dados em pelo menos um deles. Essas localidades fazem parte dos 62,5% dos municípios da RMP que tem sua gestão fiscal considerada crítica pelo IFGF em relação à autonomia no exercício de 2020. Apenas 12,5% dos municípios demonstram ter a gestão fiscal em dificuldade, enquanto exclusivamente o município de Miracema do Tocantins demonstra ter boa gestão nesta variável. Por fim, apenas 18,75% de municípios da RMP demonstram gestão fiscal de excelência nesse item de observação.

Gráfico 3 - Média anual IFGF Gastos Com Pessoal



Fonte: Firjan 2022, elaboração própria.

Em relação ao Gasto com pessoal, os dados do Gráfico 03 revelam que a melhor pontuação do grupo de municípios da RMP se deu no ano de 2019. Esse resultado sinaliza um quadro geral de comprometimento do orçamento municipal com a folha de pagamentos dos servidores, o que coloca os municípios da RMP no lugar de uma gestão em dificuldades, o que conseqüentemente, reduz o espaço de manobra para que a administração pública possa executar as políticas públicas de forma eficiente.

Esse item de observação não possui municípios com boa gestão no exercício de 2020, no entanto, 50% dos municípios apresentam gestão crítica, 31,25% dos municípios expressam gestão em dificuldades e 18,75% demonstram gestão de excelência. Os resultados dessa análise são preocupantes, uma vez que o comprometimento do orçamento municipal com a folha de pagamentos dos servidores dificulta a gestão e reduz a capacidade da administração pública em executar as políticas públicas de maneira eficiente, impactando o desenvolvimento local e a qualidade dos serviços oferecidos à população.

Gráfico 4 - Média Anual IFGF Liquidez – RMP

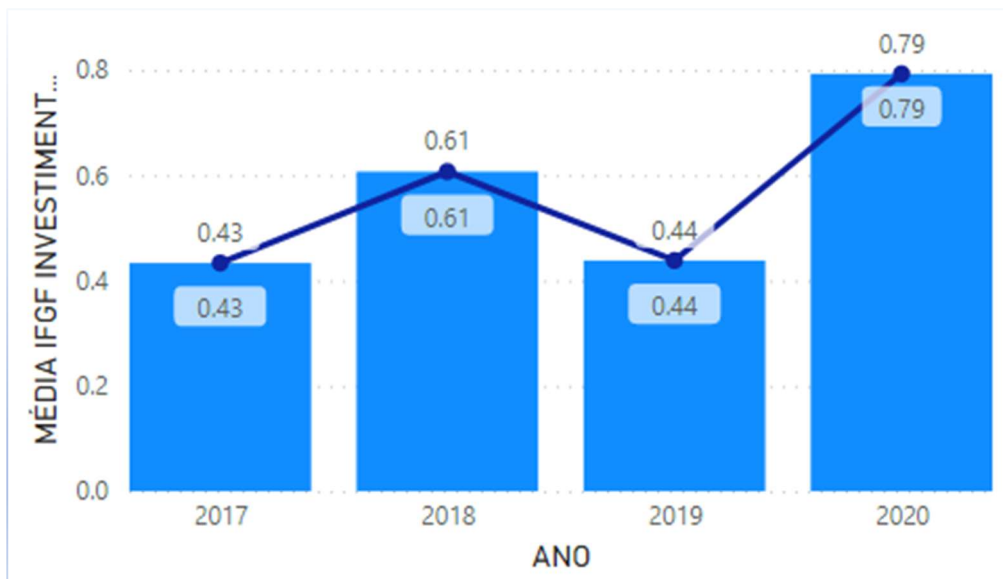


Fonte: Firjan 2022, elaboração própria.

Para o componente de Liquidez, o gráfico 4 apresenta uma melhora significativa na pontuação da RMP em 2020, quando média aumentou de 0,59 para 0,70, indicando uma transição da gestão em dificuldade para uma gestão de qualidade. Esse resultado demonstra uma redução nos adiamentos de pagamentos para o exercício seguinte.

Neste item de observação, 18,75% de municípios estão em situação de gestão crítica em relação à liquidez, 25% apresentam gestão em dificuldade, enquanto 12,5% apresentam boa gestão e 43,75% restantes exprimem gestão de excelência em relação à liquidez. Esses resultados indicam uma tendência geral positiva com a melhoria observada em 2020. E nesse contexto, uma opção viável é a cooperação entre os municípios para que os que obtiveram desempenho inferior, possam adotar as boas práticas dos vizinhos com bons resultados e consequentemente melhorarem também o seu desempenho.

Gráfico 5 - Média Anual IFGF Investimentos - RMP



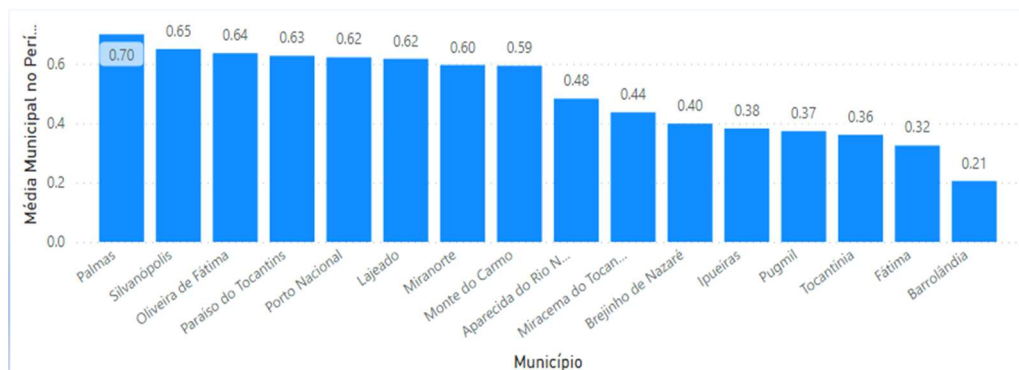
Fonte: Firjan 2022, elaboração própria.

Em relação aos investimentos, vemos a passagem de uma gestão em dificuldades em 2019 para uma boa gestão em 2020, sugerindo a intenção da gestão de fomentar o crescimento econômico da região.

Novamente, os municípios de Ipueiras e Oliveira de Fátima figuram no cenário com as piores notas do exercício de 2020, recebendo a classificação de gestão crítica (12,50%). Nesse contexto, 18,75% dos municípios analisados vivenciam cenários de gestão em dificuldade, mesmo percentual de municípios com boa gestão em relação aos investimentos.

Por fim, 50% deles apresentam gestão de excelência, com destaque para Barrolândia, Brejinho de Nazaré, Porto Nacional e Silvanópolis, que em 2020 obtiveram a pontuação 1,0, nota máxima neste item de observação. A passagem de uma gestão em dificuldade para uma boa gestão nos investimentos sugere que a maior parte dos municípios RMP está direcionando recursos para fomentar o crescimento econômico local, ação que tem o potencial de impulsionar a economia, gerar empregos e melhorar a qualidade de vida da população.

Gráfico 6 - Média IFGF Consolidado 2017 a 2020

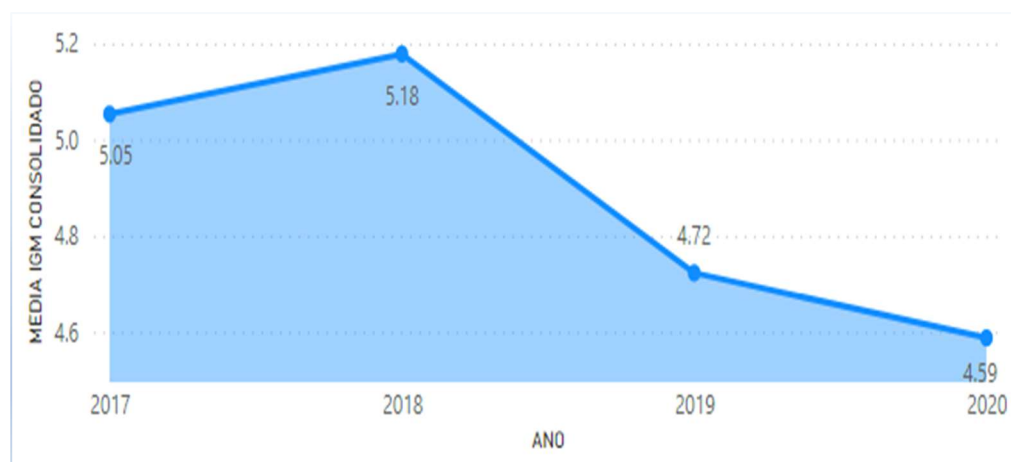


Fonte: Firjan 2022, elaboração própria.

A média do índice da região para o período compreendido entre 2017 e 2020 é 0,4565. No gráfico 06, observa-se que Palmas apresenta a maior média da série histórica, com 0,7 pontos e Barrolândia apresenta a menor, 0,21 pontos. Assim, os referidos municípios se enquadram em boa gestão e gestão crítica, respectivamente.

As informações da pesquisa, sugerem a existência de desafios e disparidades significativas na gestão fiscal da Região Metropolitana de Palmas, resultados que podem ser reflexo de diferenças na capacidade administrativa, na alocação de recursos, na transparência e na eficiência da gestão dos municípios. Portanto, identificar essas disparidades e buscar soluções para melhorar a gestão em toda a região é fundamental para que o desenvolvimento econômico e social ocorra de forma mais equitativa.

Gráfico 7 - Evolução IGM Consolidado – Média RMP



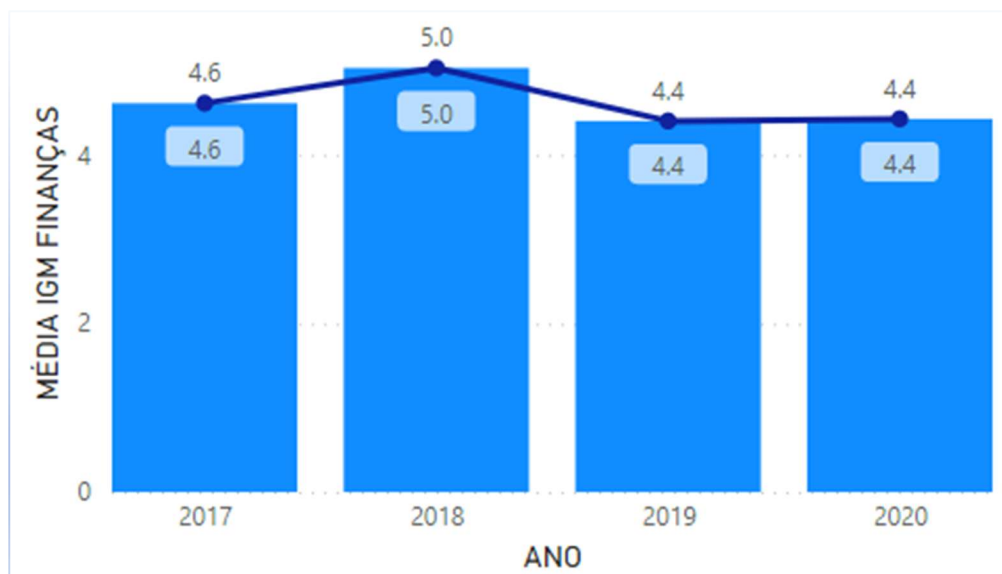
Fonte: CFA 2022, elaboração própria.

A observação do gráfico 7 demonstra que a média do IGM na RMP caiu de 5,05 em 2017 para 4,59 em 2020, o que indica uma diminuição na pontuação média da governança municipal na região durante esse intervalo de tempo. Esse resultado sugere que os municípios da Região Metropolitana de Palmas



enfrentam desafios em relação à governança municipal, indicando, portanto, a necessidade de melhorias na governança dos municípios que compõem a RMP, principalmente nos municípios de Pugmil, Oliveira de Fátima e Ipueiras, que apresentam as menores notas no exercício de 2020 e na média do período investigado.

Gráfico 8 - Média IGM Finanças - RMP



Fonte: CFA 2022, elaboração própria.

O gráfico 8 revela que a média do IGM Finanças na RMP ao longo do período de 2017 a 2020, reflete um quadro geral estabilidade em relação à dimensão finanças. Os dados desse item de observação refletem uma variação no desempenho dos municípios estudados, onde alguns apresentaram um bom desempenho ao passo que outros sofreram quedas ou estabilidade no período. Neste contexto, a média geral indica um cenário de governança em dificuldades onde as cidades de Miranorte, Monte do Carmo e Fátima, figuram com os melhores resultados em 2020, refletindo a pontuação de 6,93 e 6,97, respectivamente.

Em contraponto, Oliveira de Fátima e Ipueiras, seguem apresentando resultados críticos, com a pontuação de 2,22 e 0 pontos, nessa ordem. Esses resultados reforçam importância de uma gestão financeira eficiente e equilibrada para garantir o desenvolvimento sustentável dos municípios e o cumprimento adequado de suas responsabilidades fiscais.



Gráfico 9 - Média IGM Gestão - RMP

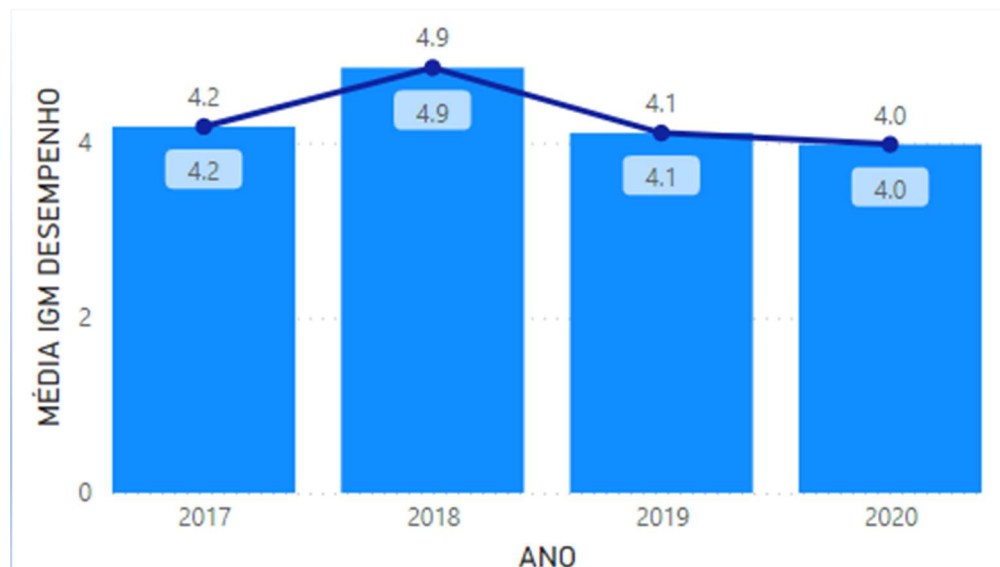


Fonte: CFA 2022, elaboração própria.

Considerando os dados do gráfico 9, conclui-se que a dimensão Gestão apresenta certa estabilidade nos municípios da Região Metropolitana de Palmas ao longo do período analisado. Nesse contexto, em 2020, alguns municípios se destacaram positivamente como Palmas, Miranorte e Fátima, com pontuações 7,04; 6,89 e 6,42 respectivamente.

Na contramão desses resultados, alguns municípios apresentaram variações e desempenhos abaixo da média, como é o caso de Lajeado, Oliveira De Fatima e Ipueiras, que em 2020 pontuaram 3,86; 2,88 e 2,70, nessa ordem para a dimensão gestão.

Gráfico 10 - Média IGM Desempenho - RMP

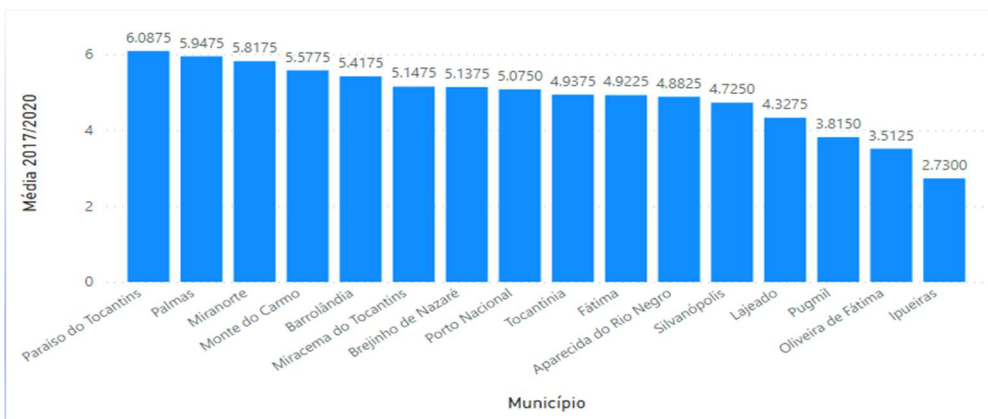


Fonte: CFA 2022, elaboração própria.

Os dados do gráfico 10 revelam que a melhor média da RMP nessa dimensão foi obtida em 2018, seguida de relativa estabilidade nos anos seguintes. Nesse cenário, as cidades de Barrolândia, Palmas e Paraíso do Tocantins obtiveram os melhores resultados de 2020, com as pontuações 5,72; 5,44 e 5,31, nessa ordem. Por outro lado, Ipueiras, Silvanópolis e Oliveira de Fátima alcançaram as 3,07; 2,72 e 1,15, respectivamente.

A discrepância dos resultados desse item de observação entre os municípios da RMP pode ser um indício de investimentos e prioridades distintas, diferenças na capacidade de gestão dos municípios, desigualdades socioeconômicas e além de diferentes processos de acesso a recursos e parcerias. Assim, é importante considerar esses aspectos para compreender as razões por trás dos resultados e trabalhar no aprimoramento das políticas públicas que proporcionem a qualidade e efetividade das políticas públicas implementadas nessas localidades.

Gráfico 11 - Média IGM Consolidado - 2017 a 2020

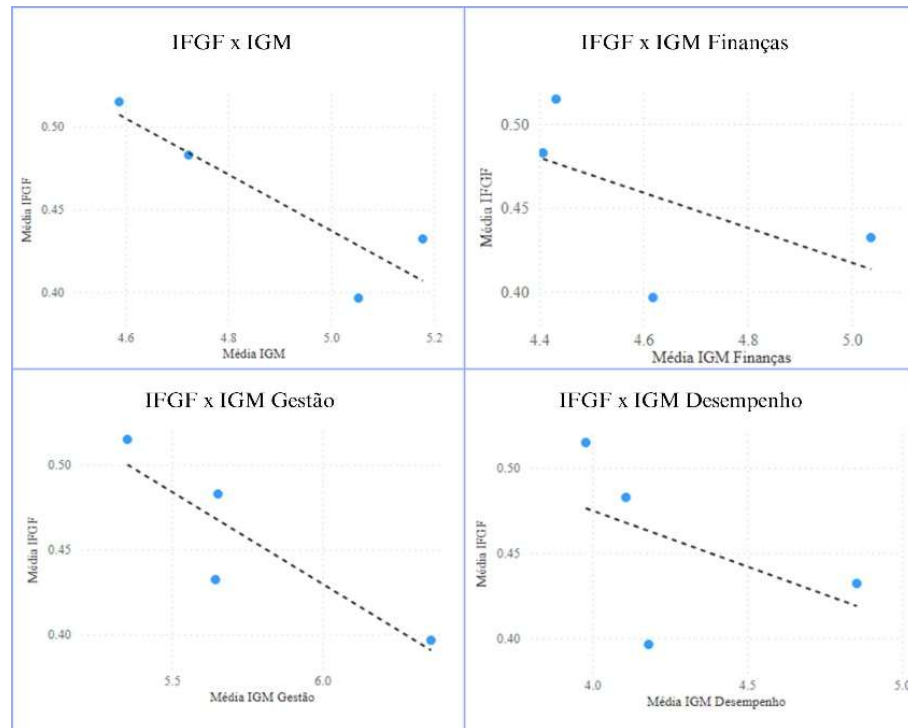


Fonte: CFA 2022, elaboração própria.

No gráfico 11, estão dispostas as médias de cada município ao longo do período investigado. Esses dados sugerem que os municípios de Paraíso do Tocantins, Palmas e Miranorte tem uma melhor governança, ao passo que Ipueiras, Oliveira de Fátima e Pugmil enfrentam desafios na governança municipal.

A figura 1 apresenta a comparação entre os gráficos de dispersão gerados a partir da relação entre as variáveis em estudo. Assim, observa-se a relação entre as médias do IFGF e do IGM, bem como do IFGF e da Dimensão Gestão do IGM, apresentam uma correlação negativa forte, com um coeficiente de correlação de -0,89. Isso significa que, em geral, para as duas observações, à medida que o IFGF aumenta, o IGM tende a diminuir, e vice-versa.

Figura 1 - Comparativo das relações estabelecidas entre o IFGF e o IGM



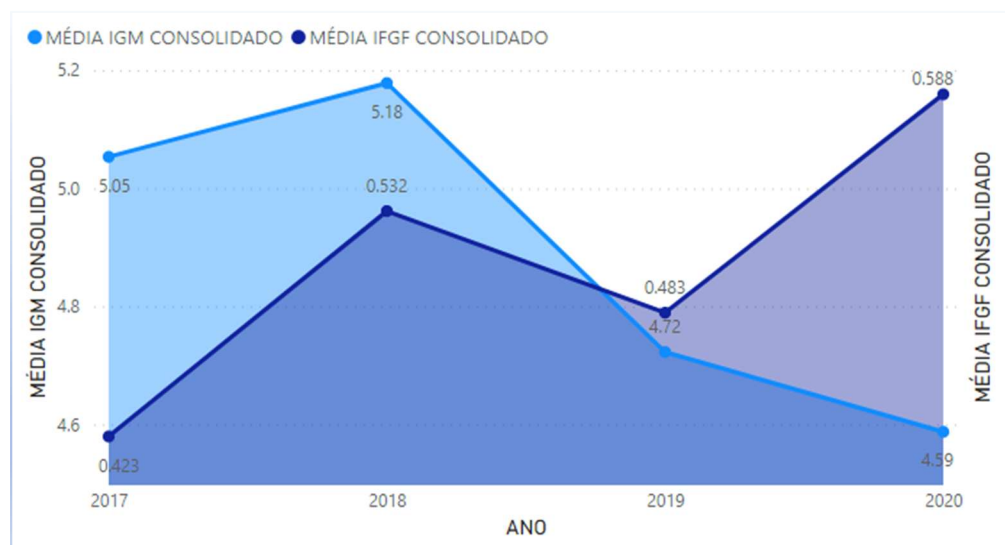
Fonte:

CFA 2022, elaboração própria.

Essa relação indica que na Região Metropolitana de Palmas, os municípios com melhor desempenho fiscal apresentam desempenho menor em termos de governança municipal, contrariando a hipótese inicial desta pesquisa. Além disso, os dados revelam que o IFGF também apresenta uma correlação negativa com as dimensões Finanças e Desempenho do IGM, com coeficientes de correlação de -0,58 e -0,49 respectivamente.

Nesse contexto, a partir de 2019, enquanto o IFGF se colocou em reta de crescimento, o IGM apresentou reduções como se observa no gráfico abaixo:

Gráfico 12 - Comparação IFGF e IGM na RMP



Fonte: Elaboração própria.

As informações do Gráfico 12, demonstram que nos anos de 2017 e 2018, havia uma relação linear positiva perfeita entre as variáveis, ou seja, IFGF e IGM cresciam de forma direta e proporcional. Todavia, é importante salientar que o IFGF é um índice que avalia a gestão fiscal dos municípios, enquanto o IGM é um índice mais amplo que abrange diferentes dimensões da governança municipal, assim mesmo que o IFGF seja um dos componentes da dimensão finanças do IGM, outros fatores além do desempenho fiscal podem ter influenciado a variação do IGM como um todo.

Por fim, o erro padrão da estimativa entre os índices foi de 0,15 e o teste-T de Student resultou em 6,81562E-08. Deste modo, afirma-se a precisão da estimativa realizada pelo estudo, bem como uma diferença estatisticamente significativa entre as médias do IFGF e do IGM, uma vez que podem ser estimadas com uma margem de erro relativamente entre si.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A pesquisa revela que há uma variação significativa entre os resultados apresentados por cada município nos itens observados, onde uma proporção considerável de municípios apresenta resultados críticos nos dois índices, com destaque para os municípios de Ipueiras e Oliveira de Fátima, que apresentam resultados extremamente baixos em todos os itens observados na pesquisa.

Assim, os resultados do estudo indicam a necessidade de melhorias que proporcionem o fortalecimento da capacidade dos municípios de financiar sua estrutura administrativa, da qualidade da gestão municipal, da estabilidade financeira das instituições locais e da gestão adequada dos recursos públicos.

Os dados indicam ainda, que em 2017 e 2018, existia uma relação linear positiva perfeita entre o IFGF e o IGM, indicando que esses índices cresciam de forma direta e proporcional. No entanto, a partir de 2019, se estabeleceu uma correlação forte e negativa entre o desempenho fiscal dos municípios e a governança municipal. Nesse contexto, é importante realizar análises mais detalhadas e considerar outros fatores contextuais e específicos de cada município para compreender completamente as razões por trás da mudança de comportamento das variáveis.

Deste modo, embora a pesquisa tenha apresentado achados podem fornecer insights valiosos para os gestores públicos, formuladores de políticas e outros atores envolvidos no desenvolvimento local e na melhoria da governança municipal, recomenda-se que outros estudos sejam realizados com o intuito de identificar os fatores podem estar influenciando essa relação complexa entre a gestão fiscal e a governança dos municípios da RMP, uma vez que a hipótese levantada na investigação se mostrou equivocada.

## ***Agradecimentos***

À família que nos apoia e fortalece no dia a dia e aos amigos que compreendem as ausências de um amigo pesquisador, nossos sinceros agradecimentos.

## ***Referências Bibliográficas***

BRASIL. **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 28 jul. 2022.

BRASIL. **EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 19, DE 04 DE JUNHO DE 1998**. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/Emendas/Emc/emc19.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc19.htm)>. Acesso em: 22 jul. 2022.

BRASIL. **LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000**. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp101.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm)>. Acesso em: 30 jul. 2022.

BRASIL. **LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964**. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l4320.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm)>. Acesso em: 30 jul. 2022.

BRASIL. **LEI Nº 13.089, DE 12 DE JANEIRO DE 2015**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13089.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13089.htm)>. Acesso em: 30 jul. 2022.

CFA. **Conselho Federal de Administração**. Disponível em: <<https://igm.cfa.org.br/>>. Acesso em: 27 jul. 2022.

FILHO, W. F. R.; VALADARES, J. L. **GOVERNANÇA: UMA NOVA PERSPECTIVA DE GESTÃO APLICADA À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**. The Journal of Engineering and Exact Sciences, v. 3, n. 5, p. 0721-0723, 7 ago. 2017.

FIRJAN. **IFGF - Índice Firjan de Gestão Fiscal**. Disponível em: <<https://www.firjan.com.br/>>. Acesso em: 30 maio. 2022.

IBGE. **Estimativas da população residente para os municípios e para as unidades da federação** | IBGE. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html>>. Acesso em: 30 maio. 2022.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. DE A. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2003.

MELO, C. A. V. DE; SOUZA, S. S. DE; BONFIM, W. L. DE S. **Federalismo e bons governos: uma análise política da gestão fiscal dos municípios**. Opinião Pública, v. 21, n. 3, p. 673-692, 2015.

OLIVEIRA, N. M. DE. **Desenvolvimento regional e territorial do Tocantins**. UFT, 2019.

SANT'ANNA, A.; NETO, E. Q.; MARCHI, J. J. **Um ensaio sobre o desenvolvimento local desde a ativação social e a governança pública**. Interações (Campo Grande), p. 597-613, 16 set. 2020.

SILVA, E. A. F.; ALCÂNTARA, V. DE C.; PEREIRA, J. R. **Governança e esfera pública sobre resíduos sólidos urbanos no âmbito municipal**. Administração Pública e Gestão Social, 2016.

SOARES, D. M. M.; BARREIRA, C. C. M. **A Criação E Efetivação Da Região Metropolitana**

**De Palmas-To: Critérios E Processo De Institucionalização.** 2018.

TCU, T. DE C. DA U. **Referencial básico de governança aplicável a órgãos e entidades da administração pública.** [s.l.] TCU, 2014.

TEIXEIRA, A. F.; GOMES, R. C. **Governança pública: uma revisão conceitual.** *Revista do Serviço Público*, v. 70, n. 4, p. 519–550, 27 dez. 2019.

TOCANTINS. **Lei Complementar no 90, de 30 de dezembro de 2013.** Disponível em: <[https://www.al.to.leg.br/arquivos/lei\\_90-2013\\_38679.PDF](https://www.al.to.leg.br/arquivos/lei_90-2013_38679.PDF)>. Acesso em: 30 jul. 2022.